PARECER DE INEXIGIBILIDADE

JUSTIFICATIVA:

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público- Repasse Financeiro a Terceiro

Setor: Termo de Colaboração

Base legal: Artigos 31 CC/ 32 da Lei Federal 13019/14- Art. 20 do Decreto Municipal 7.186/2017 e Lei Municipal nº 6.035, 09 de maio de 2023.

Organização da Sociedade Civil - Proponente: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA JUVENTUDE.

CNPJ: 10.290.505/0001-91

Endereço: Rua Argentina, 601, Bairro Ouro Negro - Formiga MG.

CEP 35577-078

Objeto Proposto: Apoio Financeiro para aquisição de materiais de consumo para manutenção das atividades da associação.

Valor total de repasse: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)

Período de repasse: Exercício 2023.

Vigência: setembro de 2023.

Tipo de Parceria: COLABORAÇÃO:

Ante a assinatura de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, entre o Município de Formiga e a Entidade Civil, com fins lucrativos: **ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA JUVENTUDE**, cuja entidade encontra-se regularmente inscrita junto ao CNPJ 10.290.505/0001-91, com sede na Rua Argentina, 601, Bairro Ouro Negro em Formiga, tipo de celebração de **PARCERIA-COLABORAÇÃO**, pelo qual o Município repassaria a referida Entidade o **valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)** no exercício de 2023, **Apoio Financeiro para aquisição de materiais de consumo para manutenção das atividades da associação**. Ressalta-se que referida quantia encontra-se inscrita no **ORÇAMENTO IMPOSITIVO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE FORMIGA**- encontrando-se por via de consequência, devidamente inscrito, a presente Subvenção Social, encontra-se regularmente autorizada pelo **Decreto Municipal 7.186/2017** e Lei Municipal nº 6.035, de maio de 2023.

A luz da Lei Federal 13.019/14 que vem normatizar e reger o assunto o assunto aprazado, esta prevê em seu artigo 31:

“Art. 31 Será considerado INEXIGÍVEL o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre organizações de sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto e de parceria ou se as metas a serem atingidas somente poderão ser feitas pela entidade específica quando:

1-A parceria decorrente de transferência para organização de sociedade civil que esteja AUTORIZADA POR LEI, na qual seja identificada expressamente a Entidade beneficiária, inclusive se tratar de subvenção social e Auxílio.

A citada Lei Federal em seu artigo 32 no presente caso exige que a ausência de chamamento seja justificada pelo administrador público e

determina o integral cumprimento do § 1º e 4º da referida Lei , no tocante a publicidade do extrato sob pena de validade total do procedimento, com o fito de cumprir o princípio de publicidade e oferecendo com isto direito de terceiros a impugnação do ato público.

Isto posto, à luz do que acima se emana, entendendo haver o presente feito cumprido todos os requisitos necessários a **INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO**. E por entender estar este devidamente autorizado por LEI MUNICIPAL E DEVIDAMENTE INSCRITO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL COMO IMPOSITIVO e que identifica plenamente o beneficiário, **SOMOS PELA INEXIGÊNCIA DO CHAMAMENTO PÚBLICO**, no presente caso, após cumprir os precisos termos dos §§ 1º e 4º do artigo 31 CC/ 32 d Lei Federal , sob pena de nulidade.

Formiga, 20 de junho de 2023.

Jaderson Teixeira
Secretário Municipal de Educação e Esportes